

Relatório de Gestão 2021/2022



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Conselheiros

Paulo Tadeu Vale da Silva – Presidente
Inácio Magalhães Filho – Vice-Presidente
Manoel Paulo de Andrade Neto – Corregedor
Antônio Renato Alves Rainha – Regente
da Escola de Contas Públicas
Anilcéia Luzia Machado
Márcio Michel Alves de Oliveira
André Clemente Lara de Oliveira – Conselheiro-Ouvidor
Vinícius Cardoso de Pinho Fragoso – Auditor (Substituto de Conselheiro)

Procuradores do Ministério Público Junto ao Tribunal

Marcos Felipe Pinheiro Lima – Procurador-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira Demóstenes Tres Albuquerque Danilo Morais dos Santos

Elaboração – Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa

Luiz Genédio Mendes Jorge Vanessa Moreira Meireles Mauri Siqueira Montessi Jefferson Gonçalves da Silva

© Copyright 2022, Tribunal de Contas do Distrito Federal <www.tcdf.gov.br> Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Sumário

Apresentação	6
1. Sociedade	9
1.1 Benefícios Mensuráveis	9
1.2 Julgamentos e Decisões	10
1.3 Quantidade de Processos Apreciados	11
1.4 Suspensão de Licitações	11
1.5 Fiscalização e Monitoramento dos Gastos com a Pandemia Decorrente do Covid-19	12
1.6 Capacitação Externa	13
1.7 Transparência	15
1.8 Comunicação	17
2. Relacionamento Interinstitucional	21
3. Processos Internos	24
4. Pessoas, Tecnologia e Inovação	27
Conclusão	34



RELAÇÃO DE SIGLAS

Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPTC – Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas

DF - Distrito Federal

Escon – Escola de Contas Públicas do TCDF

IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF

IRB - Instituto Rui Barbosa

MMD-TC – Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas

MPjTCDF – Ministério Público junto ao TCDF

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Olacefs – Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores

PCDF - Polícia Civil do DF

PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira

PGA – Plano Geral de Ação

PGDF - Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Planest – Plano Estratégico do TCDF

PNPC – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

PPP - Parcerias Público-Privadas

RCGP/DF – Rede de Controle da Gestão Pública do DF

Sasup – Secretaria de Assistência à Saúde Suplementar do TCDF

Seasp - Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública

SEE/DF – Secretaria de Estado de Educação do DF

SEEC/DF - Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde do DF

SINJ-DF – Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF

Sirac – Sistema de Registro de Atos de Admissões e Concessão

Sisaudit – Sistema de Auditoria

Sisdia - Sistema Distrital de Informações Ambientais

STPC/DF – Sistema de Transporte Público Coletivo do DF

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal

TCU - Tribunal de Contas da União

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

Paulo Tadeu Vale da Silva

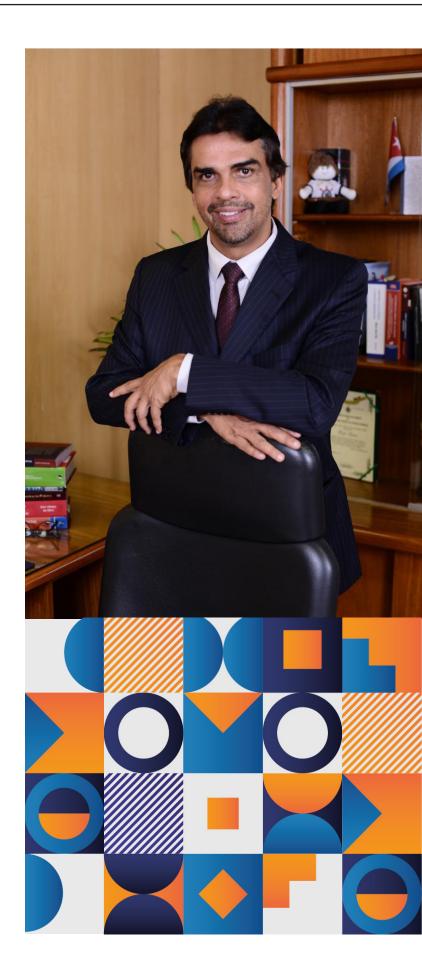
Presidente 2021 - 2022

Por decisão de meus ilustres pares, estive nos últimos dois anos à frente da gestão deste Tribunal de Contas e, ao concluir esse ciclo, tenho a satisfação de apresentar uma breve prestação de contas desse período.

Procuramos implementar a gestão compartilhada do Tribunal, dividindo com os meus companheiros de bancada, com os representantes do Ministério Público, bem como com os servidores da Casa, os principais desafios e as alternativas para superá-los.

De início, diante dos momentos agudos da pandemia, elaboramos um diagnóstico do Tribunal, que subsidiou as escolhas estratégicas para esses dois anos.

Nesse sentido, optamos pelas seguintes prioridades, que nortearam nossa gestão: transparência; celeridade; capacitação dos gestores e de entidades representativas da sociedade; atuação concomitante; priorização da avaliação de resultados; cooperação interinstitucional; inovação; abertura à cooperação dos demais membros e servidores do Tribunal e proximidade com os meios de comunicação.



Para manter o foco nos objetivos delineados, foram realizadas reuniões de avalição estratégica com os gestores do Tribunal, além disso, foram desenvolvidos painéis gerenciais para monitorar a execução dos projetos e iniciativas estratégicas.

Procuramos, ao longo da gestão, direcionar os recursos da Casa para as nossas entregas à população, desenvolvendo uma visão mais holística da instituição, motivo pelo qual este relatório consolida os resultados alcançados nas seguintes diretrizes estratégicas: sociedade, relacionamento interinstitucional, processos internos e pessoas, tecnologia e inovação.

Embora a gestão tenha sido marcada pelas consequências da pandemia, os resultados alcançados comprovam que as medidas adotadas para atenuar o impacto da crise sanitária nos trabalhos do TCDF foram acertadas, pois manteve-se e, em alguns casos, superou-se o desempenho do período anterior ao surgimento da Covid-19. Como exemplo de superação, podemos citar o avanço na transparência, por intermédio da proximidade com a imprensa e com atores sociais relevantes, bem como o forte incremento dos recursos de tecnologia para alavancar as atividades do Tribunal.

Sob a perspectiva externa, a atuação do Tribunal também tem melhorado. É o que demonstra o resultado da avaliação realizada pela Atricon, por intermédio do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC. Segundo os resultados apurados de forma independente por aquela Associação, o

Tribunal apresentou evolução em 9 dos 15 indicadores avaliados no último ciclo. Dentre os indicadores que melhoraram o desempenho está *Accountability*, que avalia como os Tribunais de Contas devem divulgar as suas atribuições e os resultados das suas atividades para a Administração Pública, meios de comunicação e para o público em geral.

A transparência no trato das informações fez o TCDF sair do nível 2, de desenvolvimento (no MMD-TC 2019), e alcançar o nível máximo, índice 4, na última avaliação (MMD-TC 2022). O resultado revela o bom desempenho do Tribunal em dialogar com os meios de comunicação e com o público em geral, além de conseguir transmitir seu valor e benefícios para a sociedade por meio dos canais próprios de comunicação.

O site e os perfis institucionais do TCDF nas redes sociais privilegiaram conteúdos informativos, educativos, dicas e orientações para o exercício do controle social, além das decisões do Tribunal de maior relevância para a população.

Emnossagestão, foram elaboradas cerca de 600 respostas à imprensa e enviados quase 150 releases para os veículos de comunicação. Foi o investimento em transparência ativa e passiva que possibilitou uma boa percepção da imagem da Corte na mídia, com mais de 90% de menções positivas ou neutras nas matérias relativas ao TCDF veiculadas na imprensa local e nacional.

A comunicação interna também teve relevância para o bom desempenho no MMD-TC, com mais de 500 publicações na intranet, além de vídeos e materiais especiais produzidos para diversas áreas do Tribunal.

Todo o esforço que fizemos nesses dois anos de gestão foi pensado a fim de estruturar o Tribunal para os que me sucederão na gestão da Corte, frente aos desafios que se avizinham. Concursos públicos foram realizados para recompor o quadro de Auditores de Controle Externo, Procuradores e Auditores substitutos de Conselheiros.

Com o mesmo objetivo, reestruturamos a área de Tecnologia da Informação e investimos em inovação.

Por intermédio de um programa contínuo de capacitação, mesmo durante a pandemia, nos aproximamos dos gestores públicos e e auxiliamos os conselhos sociais que prestam relevantes serviços à nossa população.

Ampliamos a cooperação interinstitucional do Tribunal, cooperando e atuando em rede com instituições parceiras, tais como: Atricon, IRB, TCU, CNJ, Olacefs, Ministério Público, Tribunais Superiores, Tribunal Administrativo de Moçambique e, mais recentemente, mediante aprovação do Plenário, iniciamos apoio técnico à Procuradoria-Geral da República de Moçambique.

Avançar nas adversidades que marcaram esse período de gestão teria sido impossível sem o firme apoio dos Conselheiros, dos membros do Ministério Público e dos servidores, razão pela qual esta não é uma prestação de contas da minha, mas da nossa gestão.



Sociedade

01.

A função primordial do Tribunal de Contas do DF é ser indutor da melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade local por intermédio de sua contribuição para a boa e regular gestão dos recursos públicos.

Imbuído desse objetivo, estruturou-se a governança interna nas seguintes perspectivas: sociedade; relacionamento interinstitucional; processos internos; pessoas, tecnologia, inovação e eficiência na utilização dos recursos alocados ao Tribunal.

A perspectiva da sociedade reflete os principais resultados alcançados pelo TCDF com impacto mais perceptível pela sociedade, dos quais destacamos os seguintes.

1.1 BENEFÍCIOS MENSURÁVEIS

Os benefícios da atuação do controle externo podem ser classificados em mensuráveis e não mensuráveis.

No que diz respeito aos últimos, sua relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios da Administração Pública.

Em decorrência da atuação desta Corte nos últimos dois anos, foram condenados em débito ou multados **295 responsáveis** para recolherem aos cofres públicos o valor total de **R\$ 118 milhões**.

Por meio da atividade de fiscalização de licitações, em que atua de forma concomitante, estima-se que a atuação do Tribunal tenha gerado, nos últimos dois anos, uma economia de **R\$ 2 bilhões**.

Considerando apenas os valores mensuráveis, evidencia-se a efetividade das ações de controle desta Corte no alcance de benefícios para a sociedade.

1.2 JULGAMENTOS E DECISÕES

Além dos benefícios monetariamente quantificáveis decorrentes da atuação do Tribunal, as fiscalizações ensejam determinações e recomendações aos gestores públicos, as quais objetivam a adoção de melhorias na gestão dos recursos. No período, destacamos alguns temas nos quais o TCDF atuou.

SAÚDE

- Destoque de medicamentos utilizados para intubação de pacientes, que comporiam o chamado Kit Intubação.
- Critérios de vacinação para combate à Covid-19 adotados no Distrito Federal.
- Oferta de cirurgias cardiovasculares para os usuários da rede pública de saúde do Distrito Federal.
- Contratação de leitos hospitalares durante a pandemia.
- Possíveis irregularidades (entre elas os sucessivos contratos emergenciais e as aquisições sem cobertura contratual) relativas à falta de oxigênio para uso domiciliar destinado ao tratamento de pacientes da rede pública de saúde do DF.
- Supostas irregularidades no Hospital Cidade do Sol, situado na Região Administrativa do Sol Nascente e Pôr do Sol.
- Situação precária no Hospital Regional do Gama – HRG.
- Possíveis falhas na execução do contrato para fornecimento de reagentes e equipamentos para a realização de exames laboratoriais.

- Utilização de leitos de UTIs Pediátricas da rede pública de saúde para atendimento de pacientes adultos não infectados pela Covid-19
- Interrupção na oferta de braquiterapia para pacientes portadoras de câncer de colo uterino no Hospital Universitário de Brasília – HUB.
- Despesas decorrentes enfrentamento da Covid-19, realizadas pelo IGESDF no exercício de 2020, foram custeadas pela SES/DF sem competente planejamento, controle e transparência, não sendo apresentada a devida justificativa e análise dos gastos efetuados. O Tribunal também destacou o descumprimento de cláusulas contratuais relevantes; falha no aperfeiçoamento e na correção do contrato de gestão; não cumprimento de metas constantes em contrato; a falha na transparência e na gestão do gasto público.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

- Medidas para prevenção da transmissão de Covid-19 no transporte público.
- Prorrogação de vida útil dos veículos utilizados nos contratos de concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo do DF.
- Possíveis irregularidades no Procedimento de Manifestação de Interesse PMI do Veículo Leve sobre Trilhos VLT na via W3.
- Melhoria do transporte coletivo e da mobilidade urbana, entre elas: avaliação da conveniência e a oportunidade da adoção de

mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nessas áreas; previsão de objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do GDF; adoção de medidas necessárias à efetiva integração das tarifas de transporte público com o entorno, utilizando-se, inclusive, de campanhas informativas para a população sobre os benefícios da integração tarifária e operacional do STPC/DF.

OBRAS

- Ajustes determinados pelo Tribunal em licitação lançada pela Novacap proporcionaram uma economia de R\$ 11 milhões.
- Determinação do Tribunal gerou redução de R\$ 5,7 milhões em duas licitações para obras na Região Administrativa do Sol Nascente e Pôr do Sol.
- Determinação para a elaboração de plano de ação referente à licitação para revitalização da Ponte JK com o objetivo de otimizar a aplicação dos escassos recursos públicos, especialmente no que diz respeito à análise das alternativas possíveis, incluindo a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

EDUCAÇÃO

- Atendimento prestado aos alunos da rede pública de ensino durante a pandemia da Covid-19.
- Pagamentos realizados a creches parceiras do governo durante a suspensão das atividades presenciais na pandemia.

OUTROS

Apuração de responsabilidades pela contratação emergencial, por dispensa de licitação, para fornecimento de cestas de alimentos para atender aos programas sociais do Governo do DF.

1.3 QUANTIDADE DE PROCESSOS APRECIADOS

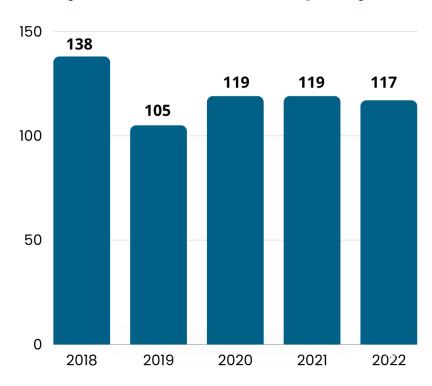
Foram apreciados pelo Tribunal aproximadamente 10 mil processos nos anos de 2021 e 2022, mantendo o nível de processos apreciados antes da pandemia.

1.4 SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES

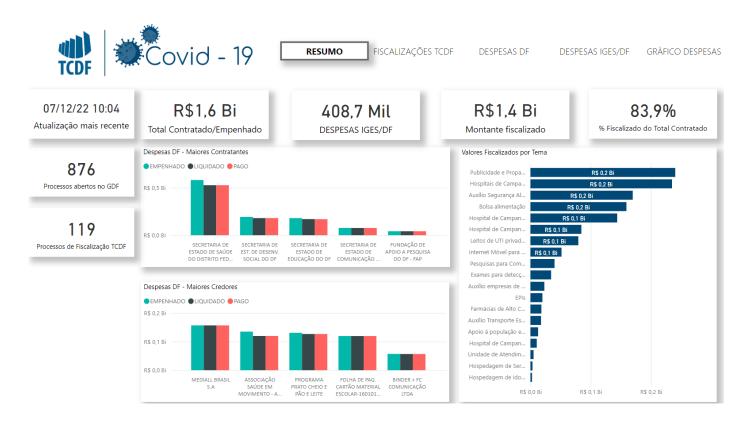
Com o intuito de agir de forma concomitante à gestão e evitar irregularidades ou má utilização dos recursos públicos, o Tribunal tem envidado esforços para, mediante análise de riscos, examinar os editais de licitação.

Essa atividade permitiu o aperfeiçoamento das compras públicas, além de ensejar representativa economia nas contratações, conforme já demonstrado anteriormente.

LICITAÇÕES E CONTRATOS SUSPENSOS CAUTELARMENTE (ATUALIZADO ATÉ O 3° TRI/2022)



1.5 FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS GASTOS COM A PANDEMIA DECORRENTE DO COVID-19



O Tribunal adotou medidas dirigidas à fiscalização das contratações realizadas pelo GDF para o enfretamento da pandemia. No período, foram autuados mais de setenta processos sobre o tema.

Além disso, tendo em conta a prioridade conferida à transparência, o Tribunal desenvolveu e disponibilizou, em seu site, um painel para permitir à sociedade o acompanhamento das despesas realizadas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Covid 19.

1.6 CAPACITAÇÃO EXTERNA

Uma forma de estimular o controle social e capacitar os gestores públicos para gerir adequadamente os recursos que lhes são alocados é disponibilizar capacitações. Assim, por intermédio da Escola de Contas deste Tribunal, foram realizadas diversas ações, tais como:

CAPACITAÇÕES

- Ocapacitação para integrantes dos Conselhos de Saúde do DF e demais servidores envolvidos nas ações de saúde, gestão e controle dos recursos públicos de saúde no âmbito do Distrito Federal, além do lançamento do "Guia Orientador para Conselheiros de Saúde do DF".
- 2 edições do curso "Contratação de Soluções de TIC conforme a Nova Lei de Licitações".
- Capacitação para conselheiros de cultura do Distrito Federal e servidores que atuam no suporte aos Conselhos Regionais de Cultura.
- Capacitação para servidores da

Controladoria-Geral do DF e do próprio Tribunal sobre os pontos de destaque e as inovações incorporadas ao Manual de Auditoria do TCDF. Oficina de Contratações de obras públicas conforme a nova lei de licitações.

CURSOS E OFICINAS

- Oficina de Execução de Contratos Administrativos conforme a Nova Lei de Licitações.
- O Curso Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar à luz da Nova Lei de Licitações.
- Curso "Fundo Penitenciário do Distrito Federal: Aplicação, Fiscalização e Monitoramento".
- Oficina para a elaboração de Parcerias Público-Privadas, voltada aos jurisdicionados do TCDF.
- Curso "Contraditório e Defesa no processo de Controle Externo", voltado às partes interessadas em processos do TCDF.
- Curso e palestra voltados à temática da aplicação da Lei Maria da Penha, abertos a cidadãos e entidades de controle social interessadas na temática.
- Ourso para os gestores escolares sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, o PDAF, que contou com 590 inscrições.
- 2 edições do Curso "Análise Econômico-Financeira de Projetos de Concessões Comuns e PPPs", voltadas aos jurisdicionados e aos servidores de outros Tribunais de Contas brasileiros.
- 4 edições do curso "Controle Social, Transparência e Acesso à Informação:

teoria e prática". Tendo como foco organizações sociais, membros de conselhos de políticas públicas e cidadãos em geral.

- 2 edições do curso "Gestão da Conta Vinculada" para os servidores do Tribunal e do Governo do DF que são responsáveis pelo controle e pela gestão de recursos nos contratos de terceirização de mão de obra pela Administração Pública.
- O 3 edições do curso "Denúncia, Representação e Consulta ao TCDF: fundamentos e prática". voltado aos servidores em exercício em órgãos do Governo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa e do próprio TCDF. O curso teve como objetivo capacitar os gestores e agentes públicos para que contribuam de maneira eficaz e efetiva para o exercício da ação fiscalizadora do Tribunal.
- Curso e oficina para a utilização do sistema e-Contas.

ENCONTROS E VISITAS

- Sede do Encontro comemorativo aos 30 anos da Atricon, com palestras voltadas aos Tribunais de Contas da região Centro-Oeste.
- Sede do Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas 2022, aberto aos demais Tribunais de Contas e à comunidade interessada.
- 7 edições de encontros sobre Fiscalização de Obras com estudantes universitários do curso de Engenharia Civil, 2 delas contando com visitas à obra do túnel de Taguatinga, com o apoio da Secretaria de Obras do DF.

- Visita de estudantes de ensino médio ao Plenário do TCDF para uma palestra sobre Constitucionalismo e Democracia.
- 2 edições do Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo.

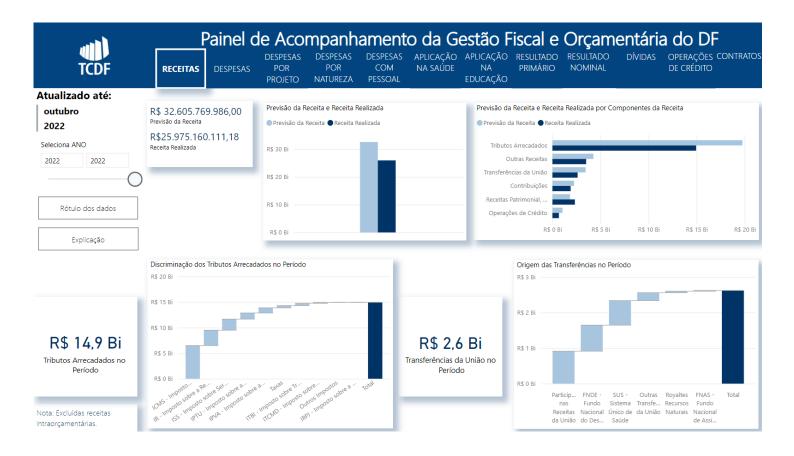
RODAS DE CONVERSA E PALESTRAS

- Palestra "Denúncia ao TCDF: como o controle social pode contribuir com o controle externo", tendo como foco os cidadãos de forma ampla.
- Palestra "O papel dos controladores sociais na gestão dos recursos públicos", que ressalta a importante função de estimular o controle social sobre os gastos públicos.
- Roda de Conversa "Boas Práticas de Sustentabilidade e Proteção do Meio Ambiente no DF".
- Roda de Conversa "Mulheres que inspiram o DF".

Com 2 ações ainda a iniciar, conclui-se que o biênio foi responsável por **45 ações educacionais** voltada prioritariamente ao público externo e acima de 3.000 participações de jurisdicionados, controladores sociais e cidadãos.

1.7 TRANSPARÊNCIA

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL E ORÇAMENTÁRIA DO DF



Foi lançada uma ferramenta inovadora que disponibiliza informações atualizadas sobre as receitas, as despesas e os contratos do GDF, a qual foi intitulada Painel de Acompanhamento da Gestão Fiscal e Orçamentária.

O objetivo do Painel é estimular e promover a transparência no gerenciamento dos recursos públicos distritais e apresentar as informações em linguagem acessível para facilitar o acesso da sociedade aos dados sobre a gestão fiscal e orçamentária, permitindo que os dados sejam extraídos de forma interativa e intuitiva.

Na nova ferramenta, pode-se encontrar informações sobre os gastos mínimos com educação e saúde previstos na Constituição Federal, assim como os limites de gastos com pessoal e endividamento público, operações de crédito e garantias concedidas.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em 2022, o Tribunal deu cumprimento às exigências advindas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Dentre os atos empreendidos, o Tribunal criou um *hotsite* voltado à exposição de conteúdos criados em linguagem simples e acessível sobre os fundamentos e princípios que norteiam a Lei e o contexto de proteção de dados no Brasil, garantindo maior transparência e conhecimento para os cidadãos.

A página também apresenta o processo de implementação da Lei no âmbito do Tribunal, bem como sobre os integrantes da comissão interna da Corte, que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

De igual forma, a página contém informações de orientação para os cidadãos sobre como exercer os seus direitos em relação aos dados pessoais custodiados e/ou tratados pelo TCDF, além de publicações sobre as normas aplicáveis ao tema e um glossário explicativo sobre o significado de diversos termos técnicos, facilitando a compreensão do público sobre o escopo da Lei.

Consultas







② Encarregado

Política de Privacidade



Você está em > TCDF > Lei Geral de Proteção de Dados

Lei Geral de Proteção de Dados



Apresentação

Você já parou para pensar em quantas organizações, públicas ou privadas, têm acesso aos seus dados pessoais? E já refletiu sobre que tipo de uso elas podem fazer com as informações de que dispõem a seu respeito? Há pouco tempo, o Brasil não dispunha de regras estabelecidas em lei para corrigir essa assimetria de poder entre você, que é o dono dos seus dados pessoais, e aqueles que guardam, acessam e compartilham suas informações.

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018), aprovada pelo Congresso Nacional em agosto de 2018, foi criada para garantir a você, cidadão, direitos fundamentais sobre suas informações pessoais. Mais do que permitir ou não que esses dados sejam utilizados, você pode,

PLENÁRIO VIRTUAL E MELHORIAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS

Atendendo as diretrizes estratégicas de transparência, celeridade processual e economia na gestão dos recursos disponibilizados ao Tribunal, foi desenvolvida a plataforma do Plenário Virtual. Essa inovação foi construída de forma coletiva, contando com a participação dos órgãos da Presidência, Gabinetes dos Conselheiros e do Ministério Público junto ao Tribunal.

Diferentemente das sessões remotas, realizadas por intermédio de reuniões por videoconferência entre os Conselheiros, com transmissão ao vivo, as sessões virtuais não exigem que todos os membros do Plenário do TCDF acessem o sistema ao mesmo tempo, nem que estejam reunidos em videoconferência para registrar seus votos nos processos.

O Plenário Virtual proporciona maior agilidade nas sessões ao vivo, permitindo um foco maior nas sustentações orais e nos processos em que não há consenso ou cuja complexidade exija maior debate entre os Conselheiros. Além disso, proporciona a redução do estoque de processos de baixa complexidade.

O ambiente físico e tecnológico do Plenário possibilitou o acesso multimodal a sessões de julgamento, com transmissão via canal do Youtube do TCDF.

O Regimento Interno do Tribunal, no que se refere às normas de funcionamento do Plenário, também passa por melhorias, especialmente no tocante às sessões e sustentações orais das razões de defesa.

TRANSPARÊNCIA NO DESEMPENHO DO TRIBUNAL

Na busca da liderança pelo exemplo, conforme recomenda a Intosai, por intermédio da ISSAI 12 – Valor e Benefício das Entidades Fiscalizadoras Superiores, o Tribunal passou a incluir no Plano Plurianual e monitorar periodicamente os seguintes indicadores de desempenho, que estão vinculados ao seu plano estratégico: Índice de Resolução de Processos, Tempo Médio de Tramitação de Processos Apreciados em Definitivo, Realização de Ações Educacionais e Conclusão de Auditorias Operacionais e Monitoramentos.

1.8 COMUNICAÇÃO

O TCDF também avançou na comunicação e no acesso à informação, com a divulgação ativa de processos de interesse público e o lançamento de um perfil institucional no Instagram, pensado para ser um canal de interação com o cidadão.

O investimento em transparência ativa e passiva possibilitou uma boa percepção da imagem da Corte na mídia, com mais de 93% de menções positivas ou neutras nas matérias relativas ao TCDF veiculadas na imprensa local e nacional.



INSTAGRAM

O Instagram é uma rede social que permite a geração de conteúdo de relevância e interação com os usuários. E a proposta para criação e gestão efetiva desse canal é exatamente aproximar o Tribunal do cidadão.

O perfil **@tcdfoficial** foi oficialmente lançado no dia 21 de abril de 2022. Um vídeo comemorativo aos 62 anos de Brasília foi utilizado como marco inicial de utilização da plataforma pelo TCDF.

Por meio deste perfil, são divulgadas informações sobre o funcionamento do Tribunal, sua história, dicas e orientações para o exercício do controle social, além de divulgar os principais resultados das fiscalizações realizadas.



121 861 40
Publicações Seguidores Seguindo

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Organização governamental

Nossa missão é fiscalizar a aplicação dos recursos públicos do Distrito Federal e zelar pelo interesse público... mais

Ver tradução linktr.ee/tcdf



ESCON



Servicos







Ouvidoria

Contatos Sessão









SITE INSTITUCIONAL

O site institucional é a maneira mais democrática de interação com o TCDF, estampando informações relativas às principais ações de Controle Externo e matérias relacionadas a julgamentos de grande repercussão, reforçando seu papel de instrumento de transparência e estímulo ao controle social. Neste biênio, foram realizadas mais de 180 publicações nesse ambiente, sendo que um terço teve por objetivo dar publicidade a decisões ou fiscalizações em curso na Corte de Contas.

PLANO DE REDES

Em cumprimento à Política de Comunicação do TCDF, foi aprovado, entre 2021 e 2022, o Plano de Gestão de Redes Sociais do TCDF. O objetivo desse instrumento é guiar a comunicação da Corte de Contas nas mídias sociais. Trata-se de um planejamento estruturado nas necessidades e experiências do Tribunal, considerando, ainda o interesse de seus públicos e a capacidade da Ascom para realizar as atividades e o monitoramento decorrente.

FACEBOOK

O TCDF já possuía perfil oficial no Facebook e, com o lançamento do perfil no Instagram, as postagens entre as duas plataformas passaram a ser sincronizadas. Essa atenção empreendida à gestão das redes sociais pode ser verificada no aumento controlado das publicações que saiu de 56 em 2021 para mais de 120 em 2022, totalizando cerca de 180 postagens no período.

INTRANET

A Intranet é o principal canal de comunicação voltado para o público interno e, neste biênio, foram mais de 480 publicações. O recurso foi utilizado principalmente para a divulgação de ações de capacitação e atualização profissional, incluindo cursos, seminários, lançamentos de livros e de bibliotecas temáticas. Em 2022, houve um incremento na divulgação de ações de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), incluindo as publicações relativas à criação do TCDF-Saúde e às ações da recém-criada Secretaria de Assistência à Saúde Suplementar do TCDF.

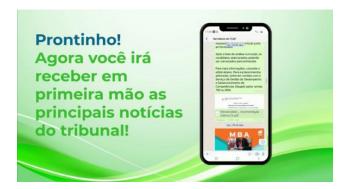
TEAMS

O Microsoft Teams é uma plataforma de gestão, colaboração e acompanhamento das atividades, com diversos recursos para comunicação entre servidores e colaboradores. A Ascom do TCDF mantém um canal de divulgação nessa ferramenta para veiculação de conteúdo de interesse de todas as equipes da instituição. No biênio 2021-2022, foram feitas mais de 500 publicações na plataforma, em sua maioria relacionadas a ações de capacitação e de atualização profissional. O canal também tem sido utilizado para dar publicidade às decisões da Corte de Contas e fiscalizações em curso no Tribunal.

TCDF INFORMA

O TCDF Informa é um canal no WhatsApp utilizado para divulgação de informações relevantes para servidores da ativa, aposentados e colaboradores. A ferramenta tem sido utilizada para reforçar mensagens ou avisos encaminhados pela Intranet, Microsoft Teams e e-mail institucional dos servidores, especialmente quanto aos assuntos de maior repercussão ou prioridade para a instituição.

E, para otimizar a divulgação nessa plataforma, o TCDF adquiriu um smartphone e uma câmera profissional, que também servem de ferramenta para a criação de vídeos institucionais e, futuramente, para a produção de podcasts.



RELEASES

A Ascom é responsável por produzir e distribuir releases a jornalistas e outros profissionais de comunicação a respeito das atividades desenvolvidas pelo TCDF. O foco dessa sistemática é a atuação do Controle Externo e o funcionamento das sessões plenárias, sendo que juntas essas temáticas alcançaram quase 60% desse conteúdo. Esse canal também é fortemente utilizado para divulgar ações de capacitação, principalmente aquelas voltadas ao exercício do controle social, transparência e acesso à informação.

Entre 2021 e 2022, foram enviados mais de **130 releases** sobre a atuação do Tribunal. A quantidade de publicações em cada ano superou em mais de 75% o número de releases enviados em 2020, reforçando o compromisso dessa gestão com a publicidade dos serviços prestados à população

ATENDIMENTOS A JORNALISTAS E OUTROS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO

Neste biênio, foram respondidas mais de 600 demandas jornalísticas. Cada questionamento exige pesquisa processual aprofundada e elaboração de sugestão de respostas complexas e detalhadas, visto que se trata de um público formador de opinião. Essas demandas devem receber tratamento imediato, pois podem causar dano à imagem do TCDF se não forem adequadamente respondidas. O atraso no atendimento pode ensejar, por exemplo, a veiculação de informações incorretas ou incompletas a respeito da instituição.

Os três veículos que mais demandaram informações sobre a atuação da Corte de Contas foram Rede Globo, com cerca de 30% das demandas, Metrópoles com 18%, e Correio Braziliense com, aproximadamente, 9%.

Em 2021 e 2022, houve um aumento de 25% nas matérias sobre o TCDF publicadas pela mídia local e nacional. No biênio, foram publicadas cerca de **5.500 reportagens** citando o Tribunal, sendo que mais de 93% dessas menções têm caráter positivo ou neutro.

PRODUÇÃO GRÁFICA

Nesse período, foram produzidas

cerca de **2200 peças gráficas**. Esse número inclui manuais para utilização de sistemas e ferramentas, vídeos institucionais, logomarcas, projetos gráficos, artes para Instagram, Facebook, Intranet, site oficial e Microsoft Teams. Também foram realizadas diagramações de conteúdos elaborados por outras unidades, tais como relatórios, resumos executivos de auditorias, cartilhas e guias orientadores.







02.

A perspectiva de Relacionamento Interinstitucional enfatiza a importância e a necessidade de integração e interação entre instituições afins, viabiliza atuações em rede, permite a adoção de boas práticas e evita eventual sobreposição de atividades.

Visando o alcance desses objetivos, foram viabilizados ou renovados diversos acordos e convênios, tais como:

ACORDO	OBJETO
Termo de Cooperação Técnica entre o TCDF e o Governo do Estado de Roraima.	Cessão sem ônus do Sistema SINJ-DF.
Adesão do TCDF à Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas (Projeto Integrar).	Colaboração e coordenação entre as instituições de controle externo.
Convênio com o IRB.	Acesso a diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
Adesão ao Portal IRB-Conhecimento.	Divulgação de ações de capacitação.

ACORDO

OBJETO

Acordo de cooperação técnica com o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. Cooperação técnico-científica, cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

Procuradoria-Geral da República de Moçambique.

Cessão de Direito de Uso do e-TCDF.

Tribunal Administrativo de Moçambique.

Renovação do acordo de cooperação técnica e cessão do direito de uso do e-TCDF.

Pacto Nacional pela Primeira Infância, iniciativa liderada pelo CNJ. Aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa entre agentes da rede de proteção à primeira infância.

Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Câmara Legislativa do DF, o Governo do GDF e Defensoria Pública do DF sobre a nova Lei de Licitações.

Uniformização de procedimentos e permissão de maior transparência, competitividade, agilidade e eficiência nos processos de contratações e compras públicas.

Adesão à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo. Cooperação técnica inerente à sustentabilidade e à logística sustentável, levando em consideração as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

ACORDO

Cooperação Técnica com o Ibraop.

OBJETO

Realização do Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas – ENAOP 2022.

Em virtude do Acordo de Cooperação Técnica estabelecido desde o ano 2009 entre o TCDF e o Tribunal Administrativo de Moçambique – TA/MZ, neste ano, o TCDF recebeu a visita de cinco juízes do TA/MZ.

Entre os assuntos abordados nessa visita, destacam-se: Plenário Virtual do TCDF; Sistema de Sorteio e Distribuição de Processos; organização e o funcionamento dos Gabinetes de Conselheiros do TCDF; análise de PPPs e Concessões; fiscalização de obras e serviços de engenharia; e análise de atos de pessoal.

O TCDF recebeu também a visita dos integrantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC. O objetivo da visita foi dialogar sobre boas práticas de integridade nas relações público-privadas, em especial para a nova lei de licitações e temas afins à integridade no âmbito do Distrito Federal. Como resultado desse diálogo institucional, será feito um convênio entre a Corte e o UNODC.

O Tribunal tem cooperado ativamente com a Atricon na coordenação do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas, que é o mais amplo instrumento de avaliação institucional do controle externo e que tem sido essencial para alavancar a melhoria das Cortes de Contas brasileiras.

Com o firme propósito de cooperar para a melhoria do controle externo

brasileiro, atendendo solicitação da Atricon, um representante do TCDF apresentou o MMD-TC aos dirigentes do Intosai Development Initiative - IDI. O organismo, que reúne instituições de controle externo de 195 países, é encarregado pelo estabelecimento de padrões de auditoria de alta qualidade para o setor público.

Ainda em parceria com a Atricon, o Tribunal sediou o seminário "Fortalecimento das instituições através da ética, integridade e transparência".

No âmbito internacional, o TCDF participa de uma auditoria coordenada sobre violência de gênero. Tal auditoria tem como objetivo fazer um diagnóstico da resposta do Estado na prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Estudos semelhantes serão feitos por outros Tribunais de Contas no Brasil e em países participantes da organização internacional Olacefs, que coordena as ações.

Esteve sob a coordenação do TCDF a Rede de Controle da Gestão Pública do DF, a qual conta com a participação do Poder Executivo local, Polícia Civil e Ministério Público.

Com o objetivo de melhorar o sistema de controle interno do próprio Tribunal e adequá-lo às melhores práticas internacionais, foram realizados intercâmbios com unidades congêneres dos demais Tribunais de Contas do Brasil.

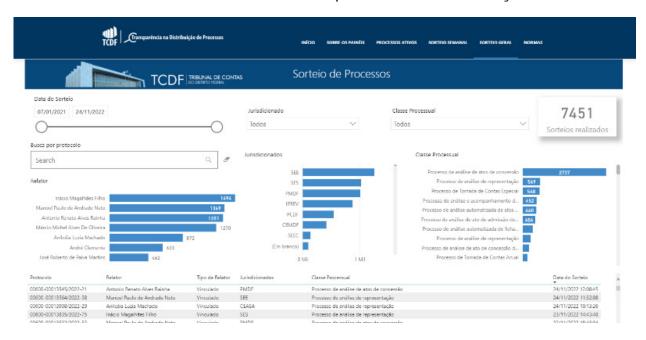


03.

Essa perspectiva ancora as atividades que servem de base para a consecução das ações de melhoria dos processos internos de trabalho, como aqueles relacionados à instrução de processos. Nesse sentido, diversas áreas e unidades do Tribunal atuam de forma conjunta para promover maior celeridade processual, que permita a maximização do resultado das ações de controle externo.

NOVO SISTEMA PARA SORTEIO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Buscando evidenciar, de forma fácil e intuitiva, e ampliar a transparência das informações sobre os sorteios e a distribuição de processos aos Conselheiros, foi desenvolvido um *Hotsite* - Portal da Transparência na Distribuição de Processos.



No desenvolvimento desse portal, procedeu-se à reestruturação do algoritmo e interface do sistema, permitindo a distribuição automatizada dos processos atendendo os princípios da equidade, alternatividade e transparência.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A aplicação dos recursos de inteligência artificial foi incentivada, posto que proporcionam maior celeridade e objetividade nos exames a cargo do Tribunal. Para tanto, foi dada continuidade à parceria com a Universidade de Brasília e a Fundação de Apoio à Pesquisa na utilização de robôs para leitura de documentos eletrônicos, a exemplo do Diário Oficial do Distrito Federal, visando a obtenção de informações necessárias à análise dos atos de pessoal, licitações e contratos.

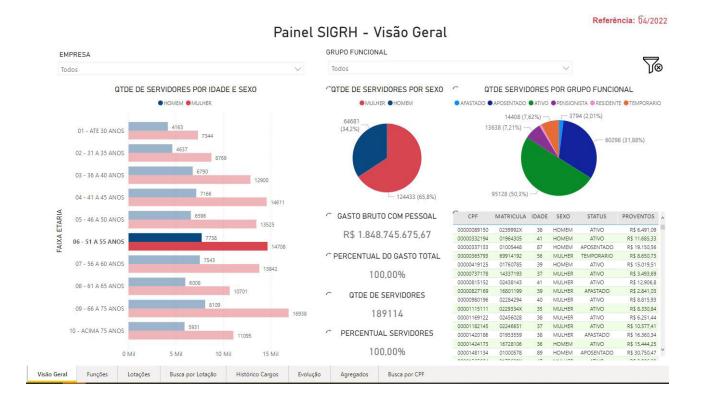
Foi criado o robô ADA, voltado à análise automatizada de decisões. Utilizou-se inteligência artificial para facilitar o trabalho de visualização, interpretação e acompanhamento das deliberações do Tribunal, o que favorece a tomada de decisão por parte de quem necessita interpretá-las.

Também foi implantado o Orbis, sistema que utiliza técnicas de aprendizado de máquina, em especial redes neurais, para prever o destino de movimentação de processos dentro do TCDF, para sugerir o encaminhamento de maior incidência do processo.

De modo similar, foi criado o VTEX, aplicação estruturada no conceito de entidade nomeada e redes neurais para identificação de dados sensíveis e anonimização das informações conforme a LGPD.

PAINEL DE MONITORAMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES DO GDF

As áreas técnicas do Tribunal desenvolverem um painel de informações relevantes sobre servidores, empregados e pensionistas do DF, o qual foi disponibilizado aos Membros e Auditores de Controle Externo do TCDF através da plataforma Teams. Os dados são obtidos do sistema que contém a folha de pagamento e são atualizados mensalmente.



ANÁLISE AUTOMATIZADA DE ATOS DE CONCESSÕES

Com o objetivo de conferir mais agilidade aos procedimentos de análise dos atos de concessões foram implementadas diversas melhorias no Sistema de Registro de Admissões e Concessões - Sirac, que viabilizaram a análise automatiza de atos, prescindindo da alocação de Auditores de Controle Externo para validar cada ato individualmente. Essa evolução foi possível graças ao acesso automatizado a diversas bases de dados, bem como à leitura eletrônica dos dados do Diário Oficial do Distrito Federal.

MELHORIAS NOS CONTROLES INTERNOS

No período, com o objetivo de melhorar os procedimentos internos de controle, foram realizadas as seguintes

ações:

- Auditoria operacional para avalição da gestão e dos resultados do regime de teletrabalho durante a pandemia decorrente do Covid-19.
- Auditorias de conformidade para analisar as contratações de TI e a gestão patrimonial do Tribunal.
- Inspeções para avaliar a consistência das informações apresentadas no Portal do TCDF, bem como a legalidade das pensões temporárias.
- Avaliação da maturidade dos controles internos do Tribunal.
- Realização de estudos para subsidiar a elaboração de manual de auditoria interna.



04.

Essa perspectiva contempla dois pilares indispensáveis para o funcionamento de qualquer instituição: as pessoas e os sistemas de Tecnologia da Informação. Para que as demais perspectivas alcancem seus resultados, é preciso que o Tribunal consiga desenvolver e manter sua força de trabalho alinhada a seus Objetivos Estratégicos. Além disso, o avanço tecnológico requer o desafio de manter e melhorar a performance do uso de nossos recursos de TI.

PESSOAS

Além da adoção de medidas de proteção à disseminação da pandemia no âmbito deste Tribunal, foram adotadas providências para mitigar seus impactos no desempenho das competências deste Tribunal, como a revisão e atualização das normas pertinentes ao teletrabalho.

Nesses dois anos, foram realizados concursos para prover a carência de Auditores de Controle Externo, Procurador e Auditor Substituto de Conselheiro e, paralelamente, buscando uma maior transparência e publicização das informações, foi criado, no site do TCDF, um espaço para publicação de dados sobre concurso público.

Das 37 ações aprovadas pelo Comitê de Políticas e Governança de Pessoas, 21 foram concluídas e, como efeito imediato, a avaliação do Tribunal no levantamento realizado periodicamente para avaliar a governança e a gestão de pessoas, avançou de 28% para 53% dos critérios atendidos. Em algumas perspectivas da avaliação o TCDF já alcançou 100% dos requisitos, tais como: planejamento organizacional, accountability, treinamento e desenvolvimento.

Ainda no âmbito da gestão de pessoas, destacam-se as seguintes ações:

- implantação de modelo de governança de gestão de pessoas;
- implementação de módulo de acompanhamento de atividades;
- desenvolvimento de programas de saúde mental no trabalho;
- o alcance de 99,5% de conformidade na folha de pagamento de pessoal;
- adesão de mais de 90% dos servidores na avaliação de desempenho no ciclo de 2021;
- elaboração e execução de plano de capacitação com foco nas necessidades observadas pelos stakeholders e nas lacunas de competências críticas;
- outomatização de procedimento de prova de vida;
- o capacitações direcionadas aos níveis gerenciais estratégico, tático e operacional.

Visando a aprimorar os serviços de saúde oferecidos aos servidores do TCDF e seus beneficiários, foi aprovada a norma que instituiu o TCDF-SAÚDE, modelo que substituirá o vigente e será gerido pela própria Corte.

Novas funcionalidades foram incorporadas ao Portal do Servidor, visando maior celeridade às demandas. Também foram digitalizados os assentamentos funcionais.

A Escon, buscando promover

a construção e a disseminação do conhecimento e visando o aperfeiçoamento da gestão pública e dos controles externo e social, realizou capacitações, cursos, encontros, palestras nesses últimos dois anos.

CAPACITAÇÕES

- Capacitação Especial para Promoção Funcional de Auditores de Controle Externo.
- O Capacitação gerencial "Planejando acordos de trabalho estratégicos".
- "Liderando e Desenvolvendo Equipes."
- O Capacitação gerencial "Liderança e *People Analytics*: gerindo pessoas estrategicamente".
- "Análise de Necessidades de Treinamento, Planejamento Instrucional e Avaliação".
- Principais inovações da nova Lei de Licitações.
- 🗘 "Mais Tempo, Mais Produtividade".

CURSOS

- 2 turmas do Curso de ambientação para novos servidores.
- 2 turmas do curso de "Matriz de Responsabilização".
- O Curso "Introdução a Aprendizado de Máquina e Mineração de Dados do Diário Oficial".
- 2 turmas do curso "Comunicação escrita profissional com foco no manual de redação oficial do TCDF".
- O Curso "A Nova Lei de Licitações As

obras e serviços de engenharia".

- Curso "Contratações Públicas com base na nova Lei de Licitações - Lei nº 14.133/2021".
- 2 turmas do "Curso Básico em Sistemas do TCDF", voltado aos novos servidores.
- Curso "Capacitação a Distância e Planejamento e Design de Capacitações".
- "Monitoramento como instrumento de fiscalização no âmbito do TCDF".
- Curso "A experiência do TCDF com a análise de dois processos de desestatização".
- 2 turmas do "Curso Prático para executores de contrato".
- Curso e palestra "O que é o Design Thinking?"
- 3 turmas do curso "Atualização Gramatical".
- 2 turmas do curso de Excel Básico e
 2 Excel Intermediário.
- Curso "As compras e a nova Lei de Licitações - O que mudou?"
- O Curso "Análise econômico-financeira de concessões, PPP e privatizações".
- Curso "Auditoria em Saúde".
- Curso "Block Chain".
- 2 turmas do curso "Visão Sistêmica dos Instrumentos de Fiscalização do TCDF e Boas Práticas em Documentação em Auditoria".
- Comunicação Não Violenta no Trabalho.

ENCONTROS E VISITAS

- Encontro com boas práticas
 Experiência do TST com o desenvolvimento do sistema Bem-tevi.
- 4 encontros sobre o Novo Manual de Auditoria e demais fiscalizações do TCDF.
- Visita dos filhos ao Trabalho dos pais.

PALESTRAS

- Previdência, com a DF PREVICOM. Le i Geral de Proteção de Dados Pessoais -LGPD.
- "Processo de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados no Âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina".
- "Processo de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados: Caso do TJSP".
- "Educar sem pirar: estratégias para despertar e manter a motivação dos filhos para os estudos".
- "Apresentação do manual de auditoria e demais fiscalizações do TCDF".
- 🕩 "Sistema de Cálculo de Prescrição".
- 2 palestras e 2 cursos sobre o sistema Sisaudit.
- Tecnologias aplicadas à educação e formação de instrutores".
- "Setembro Amarelo".
- "People Analytics".
- Sistema Siscoex.
- 🕩 "A cura pode estar em suas mãos".

OFICINAS E WORKSHOPS

- Workshop sistema Tainacan.
- Oficina "Diversidade e Inclusão".
- Workshop do projeto KnEDLe (Knowledge Extration from Documents of Legal Content).

BOLSAS DE ESTUDO

- Deservados para cursos de especialização, mestrado e doutorado.
- De Bolsas de estudos para cursos de idiomas.
- Delsas de estudos integrais para o MBA Auditoria e Inovação no Setor Público, promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP FEA-USP em parceria com o Instituto Rui Barbosa.

A Escon também implementou mentorias individuais voltadas aos gestores de nível estratégico do TCDF.

Os eventos realizados pela Escon e aqueles promovidos por entidades externas ao Tribunal totalizaram mais de 5.600 participantes e uma carga horária superior a 1.300 horas, nos exercícios de 2021 e 2022.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de TI foi ampliada e reorganizada, estruturando-se equipes especializadas em disciplinas de tecnologia da informação como engenharia de software, segurança da informação, ciência de dados, gerência de projeto, gestão de processos e

monitoramento de produção dentre outras.

Neste período, foi criada a base de conhecimento sobre tecnologia da informação, com a apresentação de indicadores, mapeamento das organizações parceiras do e-TCDF, manuais de sistemas, inteligência do negócio, infraestrutura, ambientes e segurança da informação dentre outros tópicos.

A fim de ordenar de forma mais eficiente as demandas de TI, desenvolveu-se o sistema de Fluxo de Solicitação de Demanda – FSD. Tal sistema foi concebido sem o uso de linguagem de computação para controlar requisições e priorizá-las por atendimento do negócio, aderência estratégica, custo e impacto tecnológico.

A Secretaria de Tecnologia da Informação executou também a consolidação do sistema de busca com o desenvolvimento do "Buscai". Para realizar essa tarefa, foram utilizadas ferramentas de alta performance para pesquisa em bases não estruturadas que permitem uso de metadados e jurisprudência.

Além disso, foi concluída a estruturação de indicadores de acompanhamento de todas as etapas do processo de suporte, sustentação e manutenção dos sistemas do Tribunal.

Após a contratação de prestadora de serviço de atendimento ao usuário (Service Desk), objetivando atender com maior qualidade os usuários do Tribunal, foi realizado o monitoramento das chamadas do referido serviço. Tal ação identifica os usuários de maior demanda, o custo operacional de

atendimento e o volume por ano, mês e requerente.

O Tribunal realizou a contratação da plataforma Microsoft Office 365, permitindo uma redução de quase 50% nos valores das licenças adquiridas, promovendo a economicidade do contrato.

O Tribunal concluiu a terceira etapa do planejamento de continuidade de negócio do Site *Backup*, projeto de segurança da informação voltado à recuperação de sistemas e infraestrutura de TI do Tribunal.

Atualmente, 28 sistemas, aplicativos e interfaces de programação, que representam 80% da infraestrutura digital do TCDF, podem ser executados no Site *Backup*, hospedado no datacenter da SEPLAC/CeTIC, conforme acordo de cooperação técnica entre o TCDF e a referida secretaria. Isso torna possível a recuperação das bases de dados em caso de falha no datacenter principal do Tribunal.

Intentando aperfeiçoar os sistemas e as estruturas já existentes e trazer novas soluções tecnológicas, foram realizadas diversas ações ao longo desta gestão. Entre elas estão:

- Ocontratação de atualização de 360 estações de trabalho (computadores de mesa), bem como acessórios periféricos (fones de ouvido, web câmeras etc.) para atender a demanda com o retorno das atividades presenciais, pós pandemia.
- O Continuidade da contratação do Gartner para consultoria em Governança de TI e fornecimento de informações técnicas para STI e Divisão

de Fiscalização de TI.

- Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria, transferência de conhecimento, desenvolvimento, construção, implantação, documentação, suporte e manutenção de software (Atelier de Software).
- Ontratação e implantação de switches, que propiciaram a substituição dos equipamentos obsoletos e um salto considerável no quesito segurança de perímetro, aumentando a segurança dos servidores e demais utilizadores de recursos computacionais no TCDF.
- Construção do servidor de Datawarehouse e consolidação de bases de dados para uso do Power BI como self-service BI. Desta forma, iniciamos o desenvolvimento do ambiente de Data Lake que além dos dados estruturados dos diversos sistemas do TCDF poderá conter dados não estruturados captados em diversas fontes informacionais.
- Implementação da versão 1 do plano de *Disaster Recovery* para garantir a continuidade das atividades finalísticas do TCDF, um plano de recuperação dos ambientes computacionais e de sistemas foi construído e já aplicado.
- Implantação do Serviços de Monitoramento ativo da infraestrutura do "ecossistema" do e-TCDF. Para mitigar possíveis problemas de indisponibilidade dos serviços e recursos computacionais que atendem ao e-TCDF, foram criados pontos de monitoramento ativo que visam apresentar os focos de indisponibilidades, objetivando a pronta resolutividade de paralizações dos sistemas e a continuidade das

atividades de todos os usuários.

- Criação do processo para aquisição de solução de consulta a informações em fontes abertas.
- Delaboração da Estrutura de Dados Corporativos e criação do procedimento de validação da integridade de dados em novos sistemas e manutenções evolutivas e adaptativas.
- Foram atualizadas as versões dos servidores firewall responsáveis por impedir possíveis agentes atacantes, fazendo a primeira barreira de segurança de redes do TCDF e novas regras de segurança que foram integradas às políticas de segurança dos novos equipamentos de rede.
- Sustentação do modelo de transmissão multimodal das sessões plenárias. Melhorias técnicas e procedurais para aumentar a qualidade e estabilidade das sessões plenárias. Com esse ambiente é possível atender diversos tipos de modalidade de transmissão e integração das Sessões, proporcionando imagem e som de alta qualidade. O Plenário está preparado para atender outras demandas, sendo um ponto de transmissão que pode atender requisito de acessibilidade com o Libras.

Em relação aos sistemas já existentes, mas que careciam de melhorias, foram feitas as seguintes atualizações:

SISTEMA DE REGISTRO DE ADMISSÃO E CONCESSÃO (SIRAC) – ADMISSÕES

- Modernização da interface e funcionalidades em comum entre os sistemas SIRAC.
- Integração com serviço web do Diário Oficial do DF e SINJ para obtenção de evidência de publicação da admissão.
- Automatização de análise de fichas de admissão de pessoal que permite agilizar a tramitação no Tribunal por meio da verificação automática de dados em diversas fontes externas.
- Importação e disponibilização para consulta de dados de admissão anteriores à implantação do sistema (antes de 2005).

SISTEMA DE REGISTRO DE ADMISSÃO E CONCESSÃO (SIRAC) – CONCESSÕES

- Automatização de análise de atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão e revisão, que permite agilizar a tramitação no tribunal por meio da verificação automática de dados em diversas fontes externas.
- Integração com serviço web do Diário Oficial do DF e SINJ para obtenção de evidência de publicação e retificação de atos.

SISAUDIT

- Implementação dos novos módulos: Auditoria Financeira, Monitoramento e Inspeções.
- Adaptação ao novo Manual de Auditoria do TCDF e a outras melhorias.

de publicações no Diário Oficial do Distrito Federal. Tais recursos facilitaram e deram agilidade às fiscalizações empreendidas por este Tribunal, mormente nas áreas de fiscalização de atos de pessoal e, mais recentemente, na análise de editais de licitação.

SISTEMA DE CONTROLE DE DÉBITOS E MULTAS DA CORTE – DEBITA

- ▶ Implementação da integração com outros sistemas e bases de dados: SisOb, Sislanca, Sindec, Siape e Sigrh.
- Reunião de informações sobre todos os débitos imputados e as multas aplicadas pelo Tribunal, vinculados aos respectivos responsáveis.

OUTROS

- Criação do Portal de Serviço de Informações ao Cidadão – SIC na internet.
- Oconfiguração do sistema de ouvidoria para atendimento de requisitos operacionais do setor em virtude da iniciativa do Conselheiro-Ouvidor.
- Evolução do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores tecnológica SINDEC.

INOVAÇÃO

O Tribunal deu continuidade à parceria com a Universidade de Brasília para fomentar o uso de inteligência artificial na mineração e no uso de aprendizagem de máquina para a obtenção de informações constantes



Conclusão

Realizando adequadamente seu papel institucional, o Tribunal contribui para a ordem democrática e o Estado de Direito ao lado das demais instituições e do Estado.

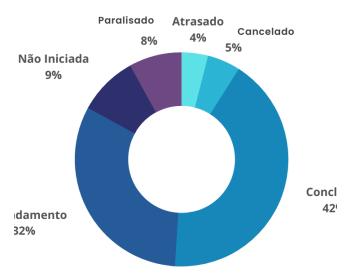
Para tanto, a fiscalização da gestão dos recursos públicos deve ter como foco o atendimento às necessidades da sociedade. Assim, urge averiguar se os gestores públicos atenderam de forma satisfatória, no âmbito de sua competência e com os recursos que lhes foram alocados, as demandas da sociedade.

A proximidade do gestor, sem comprometer sua independência, induz à melhoria da gestão.

A aproximação com os meios de comunicação e o estímulo ao controle social permitem ao Tribunal identificar as necessidades sociais mais prementes e, no âmbito de sua competência, estimular os gestores públicos a viabilizá-las.

Para vencer esses desafios, foram concebidos **241 projetos e iniciativas**

vinculadas ao Plano Estratégico do Tribunal. Desses, cerca de 74% estão em andamento ou já foram concluídos.



Para concluir, tenho a firme convicção de que superamos os desafios apresentados nos últimos dois anos e de que construímos os fundamentos para impulsionar o desenvolvimento deste Tribunal nos próximos anos, o que foi possível graças à parceria dos Conselheiros, dos membros do Ministério Público e dos servidores deste Tribunal.

Responsabilidade pelo Conteúdo

Gabinete da Presidência

Divisão de Planejamento e Modernização

Responsabilidade Editorial

Gabinete da Presidência Assessoria de Comunicação

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Assessoria de Comunicação

Tribunal de Contas da Distrito Federal

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti 70075-901 - Brasília, DF

Ouvidoria do TCDF

Ouvidoria 0800 648-1811 ouvidoria@tc.df.gov.br